

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS MOVIMENTAM OS SERTÕES DE MINAS GERAIS: em cena novos sujeitos sociais

À Alvimar e Zilab cuja trajetória nos serve de exemplo com a causa dos povos do sertão.¹

Em outubro de 1967, após cinco dias de cerco em uma gruta da região de Cachoeirinha, hoje município de Verdelândia² (MG), a polícia militar mineira precisou chamar um comando especial do DOPS, vindo de Belo Horizonte, para ajudar no combate de uma perigosa célula comunista que estaria implantando a resistência armada na região norte mineira e enfrentando as forças públicas. Este reforço, contando com mais quarenta homens, veio a se juntar a outro vindo do Batalhão de Montes Claros, três dias antes, e já contava com um pesado arsenal de guerra. Tanta movimentação chamou a atenção da opinião pública, inclusive da imprensa que, ao acompanhar o caso, obrigou o estabelecimento de uma negociação para que os bandidos se entregassem vivos. Então, após cinco dias de artilharia pesada, explosões de bananas de dinamite, de gás lacrimogênio e até mesmo incêndio provocado por gasolina esparramada na porta da gruta e, como baixa entre os policiais, um morto e dois feridos, apareceu na porta da gruta um vulto esquelético, com o corpo recoberto de fuligem de carvão e fumaça. A perigosa célula comunista era constituída apenas de um homem conhecido como Saluzinho armado com uma garrucha, cujo crime foi o de defender o posseiro Teço contra os jagunços a mando do fazendeiro Oswaldo Antunes. É assim que Luiz Chaves

nos relata na Revista Verde Grande³ a saga deste camponês que se insurge contra a violência policial a mando dos interesses dos fazendeiros que avançavam sobre um vasto território até então ocupado por comunidades negras e que encontrava-se desde então aberto à grilagem⁴ (Chaves, 2006).

Saluzinho morreu em 1990 na cidade de Itacarambi no anonimato. Depois do episódio da resistência isolada na gruta, percorreu um longo calvário de prisões em cadeias de Minas Gerais, entre estas a do DOPS em Belo Horizonte, onde aprendeu a ler e escrever com outros presos políticos, a quem deixava encantados com sua história singular de luta pelo direito à terra. A história de Saluzinho é emblemática e se cruza com outras tantas histórias, algumas conhecidas, muitas outras se perdendo nas memórias dos mais velhos que ainda vivem nos sertões de Minas Gerais. Histórias cujos fragmentos, mas principalmente, a densidade relacionada ao viver dos sertanejos foi capturada pelo escritor Guimarães Rosa ao romancear a trajetória da jagunçagem, os conflitos de seus personagens e também a disputa de projetos, abrindo ao mundo os sentimentos que ainda hoje transparecem no sertão norte mineiro.

Neste artigo vamos apresentar a movimentação que vem emergindo no campesinato regional no momento em que agricultores familiares passam a assumir

¹A quem agradeço pelas informações e entrevistas concedidas sobre a história dos conflitos pela terra no Norte de Minas, e também a João Batista pelas sugestões e correções.

²Município norte mineiro, antigo distrito de Varzelândia.

³Revista Verde Grande v.1 número 3. 2006.

⁴João Batista Costa estudando esta região desvendando uma história de ocupação negra de mais de três séculos e a denominação de Território Negro da Jahyba. Revista Verde Grande, V.1 número 2 /2005.

identidades específicas, sejam como geraizeiros, quilombólas, vazanteiros, catingueiros ou verezeiros. Movimentação onde disputam projetos econômicos e territoriais que colocam em xeque programas convencionais como o de reforma agrária.

Movimentação que acontece em uma região onde o clientelismo e paternalismo tem uma forte presença, acentuado pela ação do estado com suas políticas compensatórias que contribuem para a manutenção da letargia social. Movimentação que acontece em uma das regiões de Minas Gerais onde a colonização de origem européia primeiramente fincou os seus pés em meio a comunidades negras e indígenas e onde campesinato se desenvolveu em um ambiente constrastivo que favoreceu o desenvolvimento de agroecossistemas culturais singulares e diferenciados. Região que o campesinato enfrentou e vem enfrentando a subjugação política e econômica do coronelismo, que aprofunda o processo de exclusão quando o estado implanta políticas visando a sua inclusão na dinâmica do capital global.

Por outro lado, Guzmán & Molina (s/d) ao analisar a matriz sócio-cultural latino-americana à luz do "Pensamento Social Agrário alternativo" lança um entendimento de como populações camponesas com séculos de submissão aos interesses oligárquicos, vivendo em uma aparente letargia social, conseguem manter traços significativos de resistência capazes de emergir em determinados cenários. Segundo estes autores, as formas históricas de dominação política negam as etnicidades profundas com um marco legal que não reconhece a mestiçagem. Por outro lado, a heterogeneidade sócio-cultural das classes oprimidas é portadora de diferentes formas de conflitividade que se mantêm latentes.

Esta conflitividade muitas vezes está

associada ao catolicismo popular onde crenças ancestrais sincretizam religiosidades que podem aportar elementos que eles denominam de "potencial endógeno de mobilização social". Em outras palavras, trazendo estas reflexões a nossa realidade societária, em meio à aparente calmaria das águas, movimentos até então subterrâneos podem vir à tona colocando em xeque a ordem social dada até então como imutável.

O Norte de Minas no contexto do Desenvolvimento Regional...

ou como a Revolução Verde encontra e enfrenta um adversário inesperado: Saluzinho

Não podemos esquecer que a história de Saluzinho está relacionada com um anterior assassinato, o do preto velho Martim Fagundes, fuzilado na cidade de Janaúba em 1964 quando procurava por providência contra o despejo empreendido pelo coronel Georgino Jorge de Souza, então comandante do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros, defendendo interesses seus e de outros grileiros no distrito de Cachoeirinha, hoje Verdelândia (Chaves, 2006).

À esta história de Saluzinho, Alvimar Ribeiro dos Santos⁶, nos relata como testemunha ocular dezenas de outros acontecimentos relacionados com a disputa territorial que resultaram no assassinato de lideranças camponesas: como a de Eloy Ferreira da Silva, morto em dezembro de 1984 no conflito da Fazenda Menino⁸; Rosalino, Manoel Fiúza e José Teixeira, lideranças do Povo Xakriabá, assassinados em um massacre promovido pelo fazendeiro Amaro em território demandado pela comunidade indígena, em fevereiro de 1987; Donato, assassinado por jagunços na Fazenda Água Branca, município de São Francisco, em julho de 1989 a mando de Antonio Luciano, empresário e latifundiário residente em Belo

⁵ Afora os quilombolas, estas outras etnicidades e modos de vida diferenciados foram percebidas pelo pesquisador estadunidense Donald Pierson ao desenvolver para a SUVALE um estudo sobre O Homem no Vale do São Francisco.

⁶ Agente da CPT, filho de camponeses que também perambularam em busca de terra e de vida melhor até que passaram a residir em Montes Claros, atuando o Norte de Minas desde o início da década de 1980.

⁷ Localizada no antigo município de São Francisco, hoje município de Chapada Gaúcha

Horizonte. Casos que se somam com outros inúmeros não relatados, que contaram com a cumplicidade da ditadura militar instaurada no Brasil a partir de golpe de estado em 1964. Período a partir do qual se inicia uma grande transformação no campo brasileiro e que resultou na “modernização da agricultura” através da denominada Revolução Verde.

Foi quando uma série de programas e projetos, tanto do governo federal quanto do estadual, passaram a ser implementados no intuito de “integrar a região na dinâmica da economia nacional, eliminar os bolsões de pobreza e combater os efeitos maléficos da seca” (Dayrell, 1998). A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE -planeja e executa as políticas governamentais de estímulos financeiros e fiscais, enquanto o governo do Estado realiza investimentos públicos em infraestrutura básica: estradas, energia e telecomunicações. E promove, com a RURALMINAS, um amplo processo de regularização fundiária ao inverso, privatizando terras comunais dos Xakriabá e de comunidades geraizeiras, veredeiras, quilombolas e catingueiras, em favor dos fazendeiros e novos empresários que vêm na região uma oportunidade de novos negócios ou mesmo de enriquecimento fácil frente às ofertas patrocinadas pelo Estado.

Hoje é possível ver os resultados de tal façanha. Com os investimentos públicos em infra-estrutura básica, na pecuária de gado de corte, na produção florestal e agricultura intensiva, principalmente via irrigação, a paisagem regional foi brusca-mente alterada: circuitos econômicos que não estavam amarrados com a lógica do capital foram paulatinamente desestruturados; os territórios tradicionais invadidos pelas grandes fazendas e empresas rurais; e a rica biodiversidade e agrobiodiversidade substituída pelos plantios homogêneos de eucalipto, capins, algodão e bananas entre outros. Acrescente-se a estes a degradação

dos ecossistemas locais – cerrados, mata seca, caatinga e amplos refúgios de mata atlântica, e a deterioração dos recursos hídricos regionais provocados pela alteração do delicado equilíbrio hidrológico mantenedor de uma extensa rede hidrográfica. A resistência camponesa era rapidamente silenciada com assassinatos, expulsão violenta, oferta de barracos ou lotes nas cidades.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, em defesa dos direitos dos camponeses expropriados, o movimento sindical cresce na região, animados pelas CEBs e CPT. É neste contexto que emergem personagens como Saluzinho, Jader de Paula, Senhorinha, Antonio Inácio, Rosalino, Bui, Eloy Ferreira. E não se poderia dizer que esta resistência estivesse isolada do contexto nacional que se vivia na época. Antonio Inácio, antes de 1980, ao abandonar o ofício de tropeiro na linha de comércio entre a cidade de Januária e os veredeiros e geralistas que habitavam as cabeceiras dos rios Carinhanha⁸, Pardo, Pandeiros e córrego do Gibão, ajuda a criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Januária. O ofício de tropeiro, tão antigo quanto a história da ocupação colonial, decaiu com as rodovias que iam sendo abertas para viabilizar a ocupação de terras supostamente desocupadas. Estas são tomadas pelos gaúchos no antigo distrito de Serra das Araras⁹, ou pelas empresas reflorestadoras nas vastas chapadas arenosas situadas na margem esquerda e direita do rio São Francisco, em cima de terras griladas ou regularizadas pela RURALMINAS.

Antonio Inácio, católico convicto, leitor da Bíblia, mas também de todos os livros e jornais que lhe caíam em mãos, ingressa no movimento sindical e, em 1980, no emergente Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, cujas raízes no sul do Brasil se espalham levando esperanças às milhares de famílias

⁸ Sua família residia onde no final dos anos 1980 foi criado o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, consumindo mais um ato de violência contra os geralistas e veredeiros que viviam secularmente nesta região como agroextrativistas.

⁹ Hoje município de Chapada Gaúcha.

que vão perdendo suas terras em função do avanço do latifúndio. Passa então a percorrer as comunidades defendendo os direitos dos camponeses que resistem à grilagem das terras. Através do movimento sindical se torna amigo íntimo de Eloy Ferreira da Silva, sindicalista como ele no município de São Francisco. Juntos, desenvolvem uma leitura crítica sobre a região norte mineira e a vão divulgando por onde passam ou são chamados, pois segundo Eloy, suas ações não continham fronteiras: “no lombo de um burro onde estiver um trabalhador, lá estarei defendendo”¹⁰. Neste tempo Antonio Inácio divulga suas idéias em uma coluna semanal de um jornal local e que depois é publicado como livro intitulado “O Reino do Latifúndio”

Mas os ares da opressão explícita foram aos poucos mudando. Com a nova Constituição do país, fruto das articulações da sociedade civil brasileira durante o processo constituinte, os povos e as comunidades tradicionais, não apenas as indígenas, mas também outras, começam a emergir no cenário agrário brasileiro com feição diferenciada da até então vivida. Nos sertões de Minas, rompendo com a invisibilidade que foi fundamental em garantir suas estratégias de reprodução social, tanto as populações negras passam a reivindicar o direito à terra ancestral, como as populações das vastas chapadas onde os cerrados dominam, o direito à terra comunal, ambas imprescindíveis para preservação do patrimônio imaterial de que são portadores (Costa, 2005).

Outras estratégias visando à reprodução material e social das famílias rurais norte mineiras foram instituídas desde esse período e, dentre elas, a articulação com entidades e organizações que se posicionaram a favor das categorias rurais excluídas dos processos sociais verificados regionalmente. É neste contexto que é criado, a partir

de 1985 a organização que veio se chamar Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas¹¹. Durante os anos 1990 o Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável foi um dos espaços onde o CAA, a CUT, FETAEMG e Sindicatos de Trabalhadores Rurais promoviam debates e ações em torno do desenvolvimento regional, se posicionando em favor de novas perspectivas societárias, que não a de subordinação aos ditames do capital e à lógica da revolução verde. O CAA, assim analisava o contexto regional:

O “desenvolvimento” ocorrido no norte mineiro não levou em conta a existência de uma diversidade de populações rurais que, historicamente, desenvolveram estratégias sensíveis no manejo dos recursos naturais, como o aproveitamento das potencialidades de distintos habitats, uso de variedades genéticas de plantas desenvolvidas e adaptadas aos diferentes agroambientes e no aproveitamento intrínseco da biodiversidade presente na flora nativa. Pelo contrário, afetou as bases de sustentação e de reprodução social dos grupamentos humanos, designados genericamente como pequenos produtores rurais, deixando-os ainda mais frágeis frente às adversidades climáticas da região (CAA NM, 2005).

Esta articulação se conecta aos cerrados brasileiros através da REDE CERRADO, constituída em 1992 durante a ECO 92, na qual lideranças camponesas da região tiveram uma participação expressiva, assim como pelo semi-árido, inicialmente com o movimento ambiental e cultural em torno do rio São Francisco, ao ser constituída a “Associação Pra Barca Andar” e, posteriormente, a Articulação do Semi-árido – ASA. Ao mesmo tempo, amplia-se a interação com setores ligados à pesquisa, com professores e estudantes passando a dedicar o olhar para o entendimento da complexidade ecossistêmica e cultural da região que, pelo seu caráter de transição de ecossistemas, de clima, com ambientes e

¹⁰ Frase atribuída por Alvimar Ribeiro dos Santos à Eloy Ferreira da Silva, em comunicação pessoal.

¹¹ O CAA surge inicialmente como um projeto da FASE articulado com a Casa de Pastoral de Montes Claros. Em 1989 é formalizado como uma associação civil sem fins lucrativos tendo em sua composição de sócios agricultores, agricultoras e outras lideranças do movimento social da região.

paisagens diferenciadas e singulares abriga em seu interior uma ampla diversidade cultural.

A constituição da Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão no final dos anos 1990 promovida por um grupo de extrativistas e agricultores de origem camponesa apresenta-se como uma iniciativa econômica diferenciada. Insere-se em circuitos econômicos da agricultura camponesa até então invisíveis às políticas públicas, como o do extrativismo associados aos cerrados e caatinga junto com o aproveitamento de frutíferas cultivadas de forma generalizada nos quintais. Em pouco tempo amplia-se a articulação com outras iniciativas também econômicas envolvendo comunidades geraizeiras, catingueiras, quilombolas e com o povo Xakriabá, que passam também a dialogar em outros espaços de articulação regional, nacional e até mesmo internacional como, por exemplo, com o movimento Slow Food.

Mais ainda. As lutas isoladas que aconteciam de extensas famílias designadas genericamente como posseiras localizadas em diferentes ambientes e contextos sócio-econômicos e culturais, sejam de comunidades negras como as que se verificaram em Cachoeirinha no começo da década de 1960, ou as envolvendo comunidades geraizeiras e veredeiras nos municípios de São Francisco e Januária, ou comunidades catingueiras nos municípios de Varzelândia, tomam um novo fôlego quando se descobrem portadoras de distintas geo-histórias (Dangelis Filho, 2005). Assim, o Povo Xakriabá consegue a demarcação de parte de seu território e continua mobilizado na conquista de áreas que ficaram de fora, ao mesmo tempo em que assumem no pleito de 2004 o destino político do município em que são maioria populacional e eleitoral. Em Brejo dos Crioulos uma acirrada e permanente luta da

comunidade quilombola, após o seu reconhecimento pela Fundação Palmares, leva o INCRA MG a elaborar e publicar o “Relatório Técnico para regularização de território quilombola”¹². Na região do Alto Rio Pardo comunidades geraizeiras insurgem contra a perda de seus territórios tradicionais e investem na retomada articulando-se com a Via Campesina. Em poucos anos duas áreas anteriormente ocupadas pela monocultura do eucalipto – Muselo e Vereda Funda¹³ – são retomadas iniciando-se a execução de um projeto de reconversão agroextrativista.

Nas amplas baixadas sanfranciscanas, território onde concentram centenas de comunidades negras e, ao longo do rio São Francisco, onde concentram outras também centenas de comunidades vazanteiras, inicia-se uma insurgência contra o encurralamento dos camponeses pelos grandes projetos agropecuários ou pelos parques – Unidades de Conservação de Proteção Integral - que são criados como compensação ambiental destes mesmos grandes projetos e que incidem em seus territórios tradicionais.

Diferentes movimentos de luta pela terra inserem-se nestes distintos ambientes colocando em cena a gravidade da questão agrária regional. Novos assentamentos de reforma agrária são criados, alguns deles com peculiaridades como o Assentamento Americana no município de Grão Mogol e que propõe um modelo diferenciado de ocupação das terras considerando os usos e manejos dos ambientes desenvolvidos pelas populações tradicionais dos gerais. Ao mesmo tempo, percebendo-se detentores de uma grande diversidade genética associados aos seus cultivos tradicionais de alimentos, fibras e óleos movimentam ações de valorização da agrobiodiversidade local, estimulando a produção e melhoramento das sementes locais denominadas de crioulas e organizando feiras regionais de sementes¹⁴.

¹²O que aconteceu em 26 de dezembro de 2007 após quase dez anos de luta da comunidade quilombola.

¹³Respectivamente nos municípios de Indaiabira e Rio Pardo de Minas.

¹⁴Uma rede de organizações populares como associações quilombolas, geraizeiras, indígenas, CAANM, CPT, STRs, Cáritas, MST, MPA se unem com organizações estudantis NASCer, FEAB, e de pesquisa e ensino – Embrapa Cerrados, Cenargen, ICA/UFMG tendo como eixo evitar a erosão genética ainda presente em escala significativa nos agroecossistemas camponeses da região.

Em 2006, após uma série de lutas iniciadas ainda no final dos anos 1980, o Assentamento Tapera localizado em Riacho dos Machados sedia um encontro convocado por lideranças geraizeiras que vinham participando da construção da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Este encontro, que veio a se denominar de I Conferência Geraizeira, reuniu as lideranças mais expressivas de suas comunidades que vivem nos altiplanos da Serra Geral, divisor de águas de três bacias hidrográficas: São Francisco, Pardo e Jequitinhonha. Abrem o diálogo em torno da constituição de suas identidades e colocam como principal meta a luta pelo reconhecimento de seus territórios tradicionais¹⁵. Esta conferência se soma a outras que passaram a ser realizadas, a partir de então, em diferentes localidades e envolvendo diferentes categorias populacionais, engrossando um caldo de luta que extrapola os limites convencionais de acesso à terra via assentamentos rurais cujos procedimentos formalizados revelam-se insuficientes frente às comunidades que reivindicam a reapropriação de seus territórios tradicionais usurpados pelo Governo do Estado de Minas décadas atrás, ou pela grilagem promovida pelos grandes empreendimentos florestais.

Durante a II Conferência Geraizeira, realizada na comunidade de Vale do Guará, município de Vargem Grande do Rio Pardo, publicam e divulgam a Carta da Conferência que é apresentada no box a seguir:

CARTA DO POVO GERAIZEIRO AOS GOVERNOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DO BRASIL

Muitos anos passaram, na história do Brasil, dos povos que desbravaram o sertão, muito se contou dos fazendeiros com suas boiadas, do poder dos coronéis, mas muito pouco se contou dos povos do sertão, dos que nos gerais sem fim, ali fincaram suas moradas,

uma terra de pouca serventia: diziam que suas terras eram fracas e seu mato de madeira branca. Pois foi nestas terras, nestes Gerais de pouca serventia que fomos buscar refúgio. Ao longo dos séculos, com o conhecimento que herdamos de nossos irmãos, índios, dos negros que fugiram do cativeiro em busca de liberdade, de camponeses pobres que vieram da Europa em busca de sossego, fomos aprendendo a cultivar estas terras, a viver do sustento do cerrado, de seus frutos, com os seus remédios, de sua caça, de seus peixes. Mesmo com muitas dificuldades de acesso a terra, do jugo dos coronéis, com este aprendizado, nós fomos criando nossas famílias, desenvolvendo nossas comunidades, sustentando o movimento das feiras e dos mercados, alimentando uma grande população que dependia dos nossos produtos. Nos chamavam de Geraizeiros, em outros de Geralistas, porque vínhamos dos Gerais, porque vivíamos nos Gerais. Com os Gerais aprendemos a conviver. Nós, o Povo Geraizeiro, somos um povo agroextrativista. Vivemos das roças, das criações, do extrativismo do cerrado. Também somos extrativistas.

Uma história que não podemos esquecer

Durante as décadas de 1970 e 1980 o nosso território foi violentamente expropriado pelas grandes empresas e fazendeiros para implantação de grandes monoculturas de eucalipto e fazendas de gado. Tal situação foi possível pelas políticas do Governo do Estado de Minas Gerais e do Governo Federal que consideraram as terras da população geraizeira como devolutas, terras de ninguém, terras sem uso. A Assembleia Legislativa e o Congresso Nacional foram coniventes e quase um milhão de hectares de nossas terras foram alienadas (vendidas) ou arrendadas pelo governo às grandes empresas de eucalipto. Para as elites o Povo Geraizeiro não valia nada. Mas éramos nós

¹⁵ Como resultado da participação de setores do campesinato regional no processo de construção desta Política Nacional, as populações tradicionais do Norte de Minas tomaram acento no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e se organizaram em Comissão Regional.

que abastecíamos os mercados com alimentos, com as frutas nativas, com plantas medicinais. E o nosso jeito de trabalhar a terra sempre conservou os cerrados, suas águas, seus animais.

Hoje vivemos uma situação de calamidade: nossos águas secaram, córregos, nascentes e rios entupiram de areia, nossas matas foram devastadas, nosso povo empobreceu. Passamos a viver encurralados: pelas grandes reflorestadoras e fazendeiros que nos tomaram as chapadas, e também pelas grandes barragens que vem nos expulsando das grotas e vazantes.

Mas não estamos parados. Já demonstramos o valor de nossa cultura, aproveitando e conservando a biodiversidade dos cerrados, que vale muito mais do que o carvão, do que o ferro, o aço, a celulose, estes produtos e subprodutos que se sujaram porque carregam o sangue de nosso sofrimento. Já apresentamos nossas propostas tanto para o Governo Estadual quanto o Federal. Queremos nossas terras de volta. Queremos recuperar as águas, as matas, voltar com os bichos vivos. E nesta luta não estamos sozinhos. Temos do nosso lado as nossas associações, as igrejas, pastorais, os sindicatos e federação dos trabalhadores rurais. Muitas organizações e movimentos de Minas Gerais e do Brasil estão do nosso lado, apoiando a nossa luta como a ACEBEV, CAA, a Cooperativa Grande Sertão, a CPT, o MST, o MPA, o MAB, o NASCer, as CARITAS, MASTRO, FEAB, Estudantes da UFMG, UNIMONTES, UFF, Grupo Teatral Pirraça em Praça, Irmã Maria e muitas outras organizações.

A Conferência Geraizeira propõe

Reunidos na Comunidade Vale do Guará, município de Vargem Grande do Rio Pardo, norte de Minas Gerais, 350 geraizeiros e geraizeiras oriundas de 40 comunidades e 16 municípios durante a II Conferência Geraizeira discutimos e apresentamos as nossas propostas.

- Cada comunidade discutir com o seu povo o seu território. Demarcar o seu

território.

- Fiscalizar o território: não deixar que plantem mais a monocultura do eucalipto, que desmatem o cerrado, que degradem os recursos hídricos. Fazer denúncias, fazer empates, buscar apoio das organizações parceiras e movimentos que estão do nosso lado.

- Cobrar do Governo do Estado a devolução das terras que foram arrendadas para empresas reflorestadoras. O movimento dos trabalhadores rurais do Alto Rio Pardo tem um projeto para estas áreas denominado: Programa de Reconversão da Monocultura para o Agroextrativismo. Vamos exigir a sua implantação.

- Vamos exigir do Governo do Estado e da Assembléia Legislativa a Extinção da PEC sobre Terras Devolutas. O PEC é um Projeto de emenda constitucional elaborado por deputados entreguistas e pelo Governo Aécio que querem legitimar a doação de nossas terras para os empresários e fazendeiros.

- Vamos aprimorar as nossas propostas para o Território Geraizeiro e buscar o seu reconhecimento através da nossa participação na Comissão Nacional de Populações Tradicionais e em outros espaços de políticas públicas do município, do estado e da união.

- Vamos organizar as nossas propostas em um projeto regional camponês que vem sendo articulado pela Via Campesina de Minas Gerais

Vale do Guará, 14 de janeiro de 2006

Assinam esta carta:

Geraizeiros das comunidades de: Assentamento Tapera; Barreiro; Bem Finca; Boa Vista; Brejão; Brejo; Caatinga; Cachoeira Um; Caiçara; Catanduva; Cedelo; Corgo Verde; Córregos; Curral Novo de Muzelo; Fazenda Buracos; Fazenda Cercado; Fazenda Furnas; Fazenda Peri Peri; Fazenda Pindaíba; Fruta de Leite; Furna; Lagoa de Pedra; Lagoa Grande; Lagoinha; Mucambo; Mucambo da Onça; Mumuca; Muquem Um; Muselo; Onça do Mato; Padre Cândido; Raiz; Riachão; Ribeirão do Jequi; Roça do Mato; Salgueiro; Salina; São Bartolomeu; São João; São José das Contendas; Simão Guedes; Sítio Novo; Taboquinha; Tamburil; Tapera; Vale do Guará; Vargem da Salina; Vargem Grande; Vereda Funda; Organizações: Cáritas Janaúba; CAA; Cooperativa; rante Sertão; Estudantes UFMG, UNIMONTES, UFF, CEFET; FEAB; Grupo Teatral; irraça em Praça; MAB; Mastro; MST; NASCER; Povo Xakriabá; STRs; Equipe do Território Alto Rio Pardo;

Da mesma maneira, comunidades quilombolas em articulação com a comissão regional de povos e comunidades tradicionais também promovem encontros específicos – resumindo suas principais reivindicações em Cartas que são encaminhadas aos governos federal, estadual e municipais. A I Conferência Quilombola, realizada nos quilombos do Gurutuba e de Brejo dos Crioulos entre os dias 17 a 20 de janeiro de 2006 publicou ao final do encontro a carta que apresentamos no BOX a seguir:

CARTA DOS QUILOMBOS PARTICIPANTES DA I CONFERÊNCIA QUILOMBOLA DO NORTE DE MINAS

“...Na época de 69 (1969) chegou um Zé Cido, que disse que Moacir tava vendendo umas terras aqui... ai, ai, ai!! não tinha terras de Moacir para vender aqui não...” (Sr. Júlio, Taperinha)

Para poder vivermos aqui neste grande vale dos rios Verde Grande, Gurutuba, Arapuim e São Francisco, no meio das matas e caatingas, tivemos que ficar escondidos durante muito tempo, desde quando o Matias Cardoso veio para cá há quase quatro séculos. Ele veio para prender e exterminar os negros que subiam o rio São Francisco, que aqui chegavam pelas estradas dos tropeiros, fugindo da escravidão. Aqui ficamos muito tempo, recebendo nossos irmãos até mesmo depois que os negros foram alforriados, pois quando isso aconteceu nossos irmãos não tinham onde ficar, não tinham garantia da integridade de suas famílias. E nós os recebíamos, nosso povo foi crescendo livre, pois aqui, por causa da malária, os brancos não chegavam. Então vieram os fazendeiros, os coronéis, os cartórios, veio a Ruralminas, e começaram a fazer documentos das terras onde vivíamos, vender nossas terras, tirar nossa gente do lugar. Como exemplo podemos citar a luta do povo de Cachoeirinha que foi despejado pelos fazendeiros com o apoio do governo militar e que aconteceu aqui do lado de Brejo

dos Crioulos onde estamos hoje. Foram muitos os casos de violência que ocorreram nesta expropriação, muitos de nossos irmãos foram assassinados, tiveram suas casas e lavouras destruídas, seus animais mortos, sendo obrigados a saírem fugidos de suas terras, como o acontecido com Dona Lizarda Pinheiro da comunidade de Araruba.

Depois veio a SUDENE financiando com dinheiro público subsidiado estas grandes fazendas, o desmate de grandes áreas, abrindo estradas onde já vivíamos há muitos séculos. Veio a CODEVASF construindo a Barragem em São José do Gurutuba dizendo que ia perenizar o rio, mas foi o que acabou de acabar com o nosso rio Gurutuba e com os seus peixes, pois suas águas hoje só correm até onde irrigam as monoculturas de banana.

Hoje estamos nesta grande luta para termos reconhecidos os nossos direitos. A cultura negra, o braço negro que abriu o campo no Brasil ao longo de sua história, construiu riquezas, foi sendo deixado de lado. Mas agora estamos entendendo mais os nossos direitos e da obrigação de nossos governantes dos municípios, do Estado e da União. Por isso realizamos esta I Conferência Quilombola no Norte de Minas Gerais. Vimos de diversas regiões onde vivem os nossos irmãos e irmãs de quilombo. Fomos recebidos com muita alegria pelas comunidades Gurutubanas e de Brejo dos Crioulos desde o dia 17 de janeiro de 2007. Reunimos 280 pessoas de 27 comunidades e 18 municípios. Tivemos a visita de nossos companheiros do Quilombo de Ivaporunduva do Estado de São Paulo. Recontamos a nossa história, as nossas iniciativas para sermos reconhecidos, as nossas lutas pela reapropriação de nossos territórios, ouvimos de representantes do Governo Federal as políticas que estão sendo implementadas em nosso favor. Vimos que temos algumas conquistas em algumas comunidades, de acesso à água, de educação, energia elétrica. Mas as dificuldades que enfrentamos são muitas. Vivemos uma realidade de grande

descaso dos poderes públicos.

O que temos a dizer é que muito do que se fala só está no papel ou nem no papel está. Nós demos agora mais um voto aos nossos governantes e nós estamos de olho, não estamos mais escondidos, não estamos dispostos a ficar sendo tapeados com promessas, com conversas que voam como cascas de alho. Muitos dos políticos que foram eleitos estão atendendo apenas os interesses dos latifundiários e das grandes empresas. Isso fica muito claro quando um grupo de deputados da Assembleia Legislativa (como Gil Pereira, Ana Maria Resende, Arlen Santiago, Carlos Pimenta e outros), com a conivência do Governador Aécio Neves e do ITER propôs um Projeto de Emenda Constitucional – PEC das Terras Devolutas – que pode transferir terras públicas para fazendeiros e empresários em vez serem utilizadas para regularizar o nosso território.

Isso fica muito claro quando o Judiciário toma decisões para nos despejar de nossas áreas ancestrais tratando nossa luta apenas como conflito fundiário, sem considerar os artigos 215, 216 e o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal nem o Decreto 4.887 de 2003 que nos garante a propriedade definitiva de nosso território e obriga o estado a emitir o título. Isso fica claro quando um órgão público como o IEF elabora um laudo em favor do fazendeiro Albino José Fonseca dizendo que a propriedade que ele diz que é dele é um exemplo de preservação ambiental quando na verdade, além de grilar terras públicas, promoveu uma grande destruição nesta área que é nossa. E não é só este que está provocando estas destruições. São muitos os fazendeiros intrusos nos nossos territórios que estão aproveitando a omissão do governo, do IEF, da Polícia Florestal, e vendendo ilegalmente as madeiras de lei como as aroeiras, abrindo carvoeiras, tudo para deixar nossa terra arrasada.

Por tudo isso, a nossa grande luta agora é a retomada de nossos territórios que depen-

dem da titulação definitiva a ser dada pelo INCRA, conforme prevê a constituição da república. O INCRA é o nosso grande entrave hoje. Apesar do decreto 4.887 de 2003, da instrução normativa 20 que orienta e prevê os procedimentos para titulação dos territórios quilombolas, o INCRA continua lerdo para cumprir a sua missão.

Diante deste quadro exigimos:

O nosso reconhecimento como categoria jurídica de comunidades remanescentes de quilombo;

Agilização imediata pelo INCRA de todos os processos de titulação demandados pelas comunidades quilombolas;

Fiscalização imediata dos desmatamentos, carvoarias que estão funcionando ou sendo implantadas pelos fazendeiros e empresas agropecuárias nas áreas inseridas nos territórios quilombolas;

Extinção definitiva da PEC das Terras Devolutas e elaboração de um instrumento jurídico no âmbito estadual que viabilize a titulação de nossos territórios.

Brejo dos Crioulos, aos vinte de janeiro de 2007

Finalmente, comunidades vazanteiras que vivem ao longo do rio São Francisco que já haviam realizado um primeiro encontro na Ilha da Ingazeira, MG, em maio de 2006, outro na Comunidade Esperança no município de Serra do Ramalho, Bahia, em 2007, realizaram, na Ilha da Ressaca em setembro de 2008, um encontro articulando moradores de 32 comunidades vazanteiras. Neste seminário estava envolvida uma rede social de solidariedade à luta dos Vazanteiros. Ao final foi apresentada uma carta aberta à população nacional, em que foram apresentadas suas proposições. Veja no BOX a seguir:

CARTA DA ILHA DA RESSACA

Nós vazanteiros do médio São Francisco entre Januária e Carinhanha vivendo nas ilhas, vazantes e margens do rio da integra-

ção nacional, vimos a público afirmar a nossa etnicidade vazanteira que contribui para a formação da nacionalidade brasileira em sua diversidade. Temos uma história cuja raiz remonta aos povos indígenas que aqui viveram antes da chegada dos brancos. Com a vinda dos negros que se aquilombaram no interior do país e outras populações desclassificadas no período colonial-imperial, nossos antepassados instituíram um modo de vida alicerçado na convivência com os ecossistemas sanfranciscanos - cerrado, caatinga, mata seca e floresta tropical úmida - no estabelecimento de relações de reciprocidade e solidariedade com os seres humanos, os seres dos rios e matas.

Em nosso modo de vida construímos um sistema de produção que articula agricultura de vazante, sequeiro e lameiro, caça, pesca, extrativismo e a criação de animais de pequeno e grande porte. Nesse sistema manejamos um conjunto de ambientes na terra firme, nas ilhas e no rio. Na terra firme, o extrativismo vegetal e animal, criação de animais na solta e agricultura de sequeiro e vazante e a pesca artesanal nas lagoas criadeiras. Nas ilhas, praticamos agricultura de vazante nos lameiros, criação de pequenos animais e pesca nos baixios. E no rio, historicamente, realizamos a pesca. Temos como ética que norteia nossas relações a abertura para o chegante, ou seja, aquelas famílias que historicamente transitam pelos ambientes vazanteiros ao longo do rio São Francisco.

A nossa territorialidade inscreveu no espaço médio sanfranciscano múltiplas significações, diversos acontecimentos históricos que alimentam o nosso sentido de pertencimento a um lugar específico, onde se localizam nossas comunidades. O território de cada comunidade tradicional vazanteira se constitui no complexo: lagoas criadeiras - terra firme - rio pequeno - ilha - rio grande - terra firme.

Reunidos na Ilha da Ressaca, município de Matias Cardoso/MG, para discutirmos nossa realidade, afirmamos a nossa especificidade étnica, ética e territorial.

Sabedores de nossos direitos, conferidos pela Convenção 169 da OIT, pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 e artigo 68 do ADCT, pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, pelo Decreto Federal 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que regulamenta a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, exigimos:

- o reconhecimento da anterioridade de direitos de domínio das comunidades quilombolas sobre os seus territórios;
- prioridade da concessão de uso das terras União nas margens do rio São Francisco às comunidades tradicionais vazanteiras;
- revitalização do rio com pleno acesso aos seus recursos para os pescadores artesanais que vivem em comunidades tradicionais vazanteiras;
- preservação do cerrado e caatinga por meio do seu reconhecimento como biomas nacionais (PEC 131/2003);
Ilha da Ressaca, Matias Cardoso/MG, 23 de setembro de 2008.

O que marca toda esta movimentação é a entrada em cena de populações vivendo em comunidades que reivindicam não apenas a terra, mas o direito de serem reconhecidas como detentoras de uma cultura própria, uma maneira diferenciada de ver e agir no mundo. Que possuem uma economia que considera outros valores que não o lucro ou a exploração do trabalho, um jeito diferente de usar e de manejar os ambientes cujo lastro é o conhecimento construído na ancestralidade: eu saí por ai, por muitos lugares, mas voltei, tenho lá meu cantinho, minha vontade é de viver do jeito que vivia antes. As pessoas querem ter o direito de ser como são, de ser respeitado como o vazanteiro é¹. Povos e comunidades que trazem em si perspectivas econômicas e societárias diferenciadas e que, não por acaso, articulam-se e inserem-se na construção de uma política nacional que re-afirma o disposto

constitucional da existência de uma nacionalidade plural. Estas populações buscam o reconhecimento social de suas diversidades, para fazer cumprir os direitos, conferidos pela Convenção 169 da OIT, pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 e

artigo 68 do ADCI, pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, pelo Decreto Federal 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que regulamenta a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.



Referências Bibliográficas

- BRITO, I. Comunidade e Território sobre a Monocultura do Eucalipto: o caso da Comunidade de Vereda Funda, município de Rio Pardo de Minas. Montes Claros, UNIMONTES, PPGDS 2005. (MIMEO).
- CAA NM Populações Tradicionais do Norte de Minas: Transformando o uso sustentável da biodiversidade em trunfo para o desenvolvimento territorial. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, 2005. Diagnóstico PICUS/FUNBIO (mimeo).
- CHAVES, Luiz Antonio. "Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas". in Revista Verde Grande Vol.1, no 3 (dez/fev 2006). Montes Claros: UNIMONTES, 2006. págs 98-107.
- COSTA, João Batista de Almeida. "A cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas". In Santos, G. R. (Org) Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas. Considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997, pp. 77-97.
- _____. "O Ser da Sociedade Sertaneja e a Invisibilização do Negro no Sertão Norte do Gerais". In LUZ, C. e DAYRELL, C. A (orgs.). Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000, pp. 107-140.
- _____. "A Reescrita da história, a valorização do negro e a atualização das relações ancestrais no Norte de Minas" in Revista Verde Grande / UNIMONTES, Prefeitura Municipal de Montes Claros Vol.1, no 2 (set/nov 2005). Montes Claros, MG:Ed. UNIMONTES, 2005. págs 12-53.
- D'ANGELIS FILHO, João Silveira. Políticas locais para o desenvolvimento local no Norte de Minas: uma análise das articulações local e supra local. Temuco, Chile: 2005.
- DAYRELL, Carlos Alberto – Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas. Huelva: Universidad Internacional de Andalucía, 1998. Dissertação de Mestrado.
- GUZMÁN Eduino Sevilla & MOLINA Manuel González " Sobre la Evolución del Concepto de Campesinato: una aportación para Via Campesina. s/d (mimeo).
- LUZ, Aline e outros. Grande Sertão: Veredas e seus ecossistemas. Revista Desenvolvimento Social / PPGDS Unimontes – Vol. 1 n. 1 (1º semestre 2008) - Montes Claros: Unimontes, 2006 (págs 63-78)
- LUZ de OLIVEIRA, Cláudia. Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte:UFMG, 2005. Dissertação de Mestrado.
- PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. "As Minas e os Gerais – Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas". In LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos (orgs.) Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000, pp. 19-46
- POZO, O.V.C. " REGIMES DE PROPRIEDADE E RECURSOS NATURAIS: A TRAGÉDIA DA PRIVATIZAÇÃO DOS RECURSOS COMUNS NO NORTE DE MINAS GERAIS. RIO DE JANEIRO, UFRJ, CPDA, 2002. TESE DE DOUTORAMENTO.
- SILVA, CARLOS E. MAZZETTO.. CERRADOS E CAMPONESES NO NORTE DE MINAS: UM ESTUDO SOBRE A SUSTENTABILIDADE DOS ECOSISTEMAS E DAS POPULAÇÕES SERTANEJAS. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. IGC/UFMG, BELO HORIZONTE/BRASIL. 250P, 1999, MIMEO.
- STR R.P.M.; CAA NM "Projeto Reversão Agroextrativista da Monocultura de Eucalipto - Comunidade de Vereda Funda". 2004 (mimeo)

¹⁶ Sr. Jesuíto, Vazanteiro e Quilombola da Ilha da Ressaca, Matias Cardoso, MG.

CYPRIANO DE MEDEIROS LIMA: BARÃO DE JEQUITHAY

Rememorando fatos, documentos, obras de autores e informações, firmamos convictos que inúmeras vezes, figuras têm seus nomes omitidos ou apagados em prejuízo da posteridade e da História. Nem tudo, porém, o tempo devora ou apaga. Assim sendo, entre desbravadores, corajosos lutadores para a conquista de projeções e benefícios de sua região, em passadas épocas, surge-me a evocação de um vulto proeminente e audaz, CYPRIANO DE MEDEIROS LIMA, o “Barão de Jequithay”.

Nasceu em 1829, na Fazenda Cedro, município de Bocaiúva. Na região de Espírito Santo e Caiçara, viviam os antigos “Medeiros”, ali atuantes, dos quais coube a Cypriano de Medeiros Lima, por herança, uma parte de terras na Caiçara cujo aumento conseguiu comprando-as a de outros herdeiros, fortalecendo-lhe o interesse por atividades inerentes a posse. Prosseguindo, diligente, dinâmico foi trabalhar na “Fazenda Jequithay Velho”. Decorrido o tempo, com o falecimento do proprietário, sem filhos, a viúva Dona Ludovina da Costa Pereira, sobrevivente, sem descendentes faleceu e, seus bens foram à hasta pública, tendo como adquirente Cypriano de Medeiros Lima, o único interessado em arrematá-los. Chances promissoras surgiram, favorecendo os seus intentos que o animavam a lutar.

Viveu até início de 1890, era possuidor de rara inteligência, habilidades, tino comercial, coragem e adepto a empreendimentos. Com amor ao trabalho, desde muito jovem abraçou a profissão de ferreiro, criando fama em toda região, tornou-se um artista na fabricação de foices, machados, ferraduras, dobradiças etc. Atraído pelo pendor ao comércio encontrou vantagens na comercialização de produtos da região,

fazendo carregamentos para fornecer e abastecer mercados como Diamantina e outras localidades. O exercício de tais empreitadas rendeu-lhe o renomado valor de probo, lutador de caráter ímpoluto.

Fez-se preferido junto aos credores para recebimentos de débitos já considerados perdidos na imensa região sertaneja, incluindo Urucuá, onde em exaustivas excursões, credenciado pelos comerciantes de Diamantina, recebia na oportunidade, os pagamentos, não só em moedas vivas, mas em gado suficiente à quitação das dívidas que comprava dos credores. Conseguiu prosperidade movimentando fazendas que adquiria, incrementando agricultura, criação de gado e ainda extração de diamantes. Nesta atividade, custeava tudo, até construção de açudes e barragens no curso do rio Jequitá e seus acessíveis rios adjacentes. Empreendeu implantação de indústrias têxteis regionais, em Pirapora e em Jequithay, onde criou a de lapidação que funcionou pouco tempo, em experiência. Adquiriu a concessão de um ramal da estrada de ferro Central do Brasil que ligaria Montes Claros a Ubaí e, tendo iniciado a sua implantação, antes mesmo da linha principal chegar ao território mineiro. Entretanto, desgostou-se desse empreendimento e repassou a concessão a um grupo de empresários ingleses que abandonaram a implantação do referido ramal.

Cada fazenda dedicada ao criatório de gado garantia a venda em boiada que, transportada passava pelas “pousadas” e firmava seu comércio em outras regiões e Estados. Para o Rio de Janeiro conduzia em animais, bruacas abarrotadas de carnes serenadas, solas, toucinho, rapaduras, arroz, feijão, etc. Cypriano de Medeiros Lima tornou-se uma grande potência de trabalho e vivacidade, na região, na Bahia e no

Espírito Santo, iniciou o comércio de gado de suas fazendas. Foi também a principal liderança política do Norte de Minas durante o Segundo Império e início da República conforme estudos publicados pela Unimontes.

Cypriano manteve inúmeros escravos, os quais tratava humana e paternalmente, protegendo-os mesmo quando livres, após a abolição, em 13 de maio de 1888. Estava o Tenente-Coronel na Fazenda do Brejo Grande, quando foi informado da libertação dos escravos, por um amigo da corte, daquele dia em diante, passou a pagar ordenado aos escravos ou gratuitamente, aos que preferiam receber terras para as lavouras.

Por força de sua personalidade pacifista, conciliadora e exemplar, conquistou, conservou estreitos relacionamentos de amizade com os negociantes, e pessoas gradas na Província e nobres que o admiravam com apreço e meritocracia. A pecuária teve, então, um “Mestre” e, atualmente, na região muitas famílias nas suas origens, relembram-na, usufruem e evocam o nobre BARÃO DE JEQUITHAY – CYPRIANO DE MEDEIROS LIMA.

Este fora aclamado pelo povo, por reconhecimento como BARÃO DE GUAICUI, nomeação que não permaneceu quando recebeu o título nobiliárquico que lhe foi conferido por Decreto em data de 25 de setembro de 1889. Em seu texto informa que “para distinguir e honrar o Tenente Coronel da Guarda Nacional, Cypriano de Medeiros Lima, hei por bem fazer-lhe ‘mercê’ do Título de Barão de Jequithay”.

Nas mudanças das Comarcas, municípios, distritos, sempre lhe ouviam cálculos e orientações como se fossem beneplácitos. A sua existência histórica foi sempre voltada para nossa região que irmanava, no seu amor, às terras banhadas pelos rios: das Velhas, Jequithay e São Francisco.

As suas várias residências, como a de Porteiras, estavam sempre abertas para a hospedagem de amigos ilustres e nobres personagens, dentre eles os viajantes europeus Richard Burton, James Wells, Halfeld e o engenheiro brasileiro Teodoro Sampaio. Em seu relato de viagem James Wells informa que de Pirapora a Coração de Jesus a circulação de dinheiro estava restrita às pessoas de maior poder econômico e o restante da população manuseava notas assinadas pelo Barão de Jequithay com os mais diversos valores. Devido a isto o considerou o único banqueiro da região.

Cypriano de Medeiros Lima faleceu na FAZENDA PEDRAS DA BRÍGIDA, numa área chamada Guararavacan do Guaicuí distante quatro léguas e meia de Várzea da Palma, de onde o seu corpo foi transportado para a Barra do Guaicuí. Enternecedor cortejo fúnebre do féretro em canoa acompanhada de inúmeras outras, deslizando silenciosas sobre as águas do caudaloso e seu amado rio das velhas, aportando na lendária BARRA DO GUAICUÍ, tendo sido sepultado na cripta da igreja. Deixou enorme fortuna em dinheiro, diamantes brutos e lapidados, casas, ações, sociedades industriais e gado, tendo além das fazendas para lavoura, 25 (vinte e cinco) para criação de gado. Na época, fim do século XIX, foi o maior patrimônio realizado e, registrado não suplantado, pelo Desembargador João Fernandes de Oliveira, Contratador de diamantes no Tijuco.

É grande a descendência existente provinda dos consórcios de suas três filhas: MARIA, ADELAIDE E RITA, e os laços de consangüinidade que faz a união e fortalece o elo com o Barão de Jequithay. Do casamento de sua filha, RITA CYPRIANO DE MEDEIROS, com o Tenente Coronel da Guarda nacional, Cristhiano Celestino de Almeida, nasceu o homônimo do qual tive a graça de nascer como bisneta de Cypriano



DIÁRIOS DE BORDO EXPEDIÇÃO CAMINHOS DOS GERAES

Fotos Lucia Dorna



Vila Santa Bárbara - antiga fábrica de tecidos